



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Contabilidade

Caderno de Prova, Cargo AC , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Agosto/2006

CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS

Instruções: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto seguinte.

As crônicas de Rubem Braga

Décadas atrás, afortunados leitores de jornal podiam contar com uma coluna em que sobravam talento, reflexão, observação atenta das cenas da vida, tudo numa linguagem límpida, impecável, densamente poética e reflexiva. Era uma crônica de Rubem Braga. Os chamados “assuntos menores”, que nem notícia costumam ser, ganhavam na pena do cronista uma grandeza insuspeitada. Falasse ele de um leiteiro, de um passarinho, de um pé de milho, de um casal na praia, de uma empregada doméstica esperando alguém num portão de subúrbio – tudo de repente se tornava essencial e vivo, mais importante que a escandalosa manchete do dia. É o que costumam fazer os grandes artistas: revelam toda a carga de humanidade oculta que há na matéria cotidiana pela qual costumamos passar desatentos.

Rubem Braga praticamente só escreveu crônicas, como profissional. À primeira vista, espanta que seja considerado um dos grandes escritores brasileiros dedicando-se tão-somente a um gênero considerado “menor”: a crônica sempre esteve longe de ter o prestígio dos romances ou dos contos, da poesia ou do teatro. Mas o nosso cronista acabou por elevá-la a um posto de dignidade tal que ninguém se atreverá de chamar seus textos de “páginas circunstanciais”. Tanto não o foram que estão todas recolhidas em livros, driblando o destino comum do papel de jornal. Recusaram-se a ser um entretenimento passageiro: resistem a tantas leituras quantas se façam delas, reeditam-se, são lidas, comentadas, não importando o dia em que foram escritas ou publicadas.

Conheci Rubem Braga já velho, cansado, algo impaciente e melancólico, falando laconicamente a estudantes de faculdade. Parecia desinteressado da opinião alheia, naquele evento organizado por uma grande empresa, a que comparecera apenas por força de contrato profissional. Respondia monossilabicamente às perguntas, com um olhar distante, às vezes consultando o relógio. Não sabíamos, mas já estava gravemente doente. Fosse como fosse, a admiração que os jovens mostravam pelo velho urso pouco lhe dizia, era

evidente que preferiria estar em outro lugar, talvez sozinho, talvez numa janela, ou na rede do quintal de seu apartamento (sim, seu apartamento de cobertura tinha um quintal aéreo, povoado de pássaros e plantas), recolhendo suas últimas observações, remoendo seus antigos segredos. Era como se nos dissesse: “Não me perguntem mais nada, estou cansado, tudo o que me importou na vida já escrevi, me deixem em paz, meninos.”

E teria razão. O leitor que percorrer crônicas do velho Braga saberá que ele não precisaria mesmo dizer nada além do que já disse e continua dizendo em suas páginas mágicas, meditadas, incapazes de passar por cima da poesia da vida.

(Manuel Régio Assunção)

1. Em relação ao gênero que adotou ao escrever seus textos, a principal contribuição de Rubem Braga foi
 - (A) organizá-los em livro, pois o escritor sabia que não causariam grande impacto numa edição de jornal.
 - (B) dotá-los de um prestígio de que, até então, não eram merecedoras as crônicas publicadas em jornal.
 - (C) dotá-los de uma dignidade maior do que a já reconhecida, por exemplo, nos romances e nos poemas.
 - (D) escrevê-los evitando os chamados “assuntos menores”, que lhe pareciam desinteressantes e melancólicos.
 - (E) escrevê-los como “páginas circunstanciais”, consciente de que as coisas efêmeras são a matéria exclusiva das crônicas.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Uma das qualidades dos grandes artistas, como Rubem Braga, é iluminar de modo especial aquilo que, malgrado sua intensidade humana, pode passar desapercibido.
 - II. Apesar de não ser mais que um entretenimento passageiro, uma crônica não deve, por isso, ser considerada menos importante do que um romance ou um poema.
 - III. Antes mesmo de serem editadas em livro, as crônicas de Rubem Braga já se impunham como textos altamente expressivos nas páginas dos jornais.

Segundo as convicções do autor, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

<p>3. Quanto ao sentido, estabelecem entre si uma relação de oposição as seguintes expressões:</p> <p>(A) <i>páginas circunstanciais / entretenimento passageiro</i></p> <p>(B) <i>falando laconicamente / respondia monossilabicamente</i></p> <p>(C) <i>recolhendo suas observações / remoendo seus segredos</i></p> <p>(D) <i>um gênero considerado “menor” / um posto de dignidade tal</i></p> <p>(E) <i>recusaram-se a ser um entretenimento passageiro / resistem a tantas leituras quantas se façam delas</i></p>	<p>6. (...) <u>revelam toda a carga de humanidade oculta que há na matéria cotidiana pela qual costumamos passar desatentos.</u></p> <p>O segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e a coerência da frase acima, por</p> <p>(A) na qual sempre nos cruzamos em nossa desatenção.</p> <p>(B) diante de cuja é hábito passarmos distraídos.</p> <p>(C) da qual é costume passarmos indiferentes.</p> <p>(D) por cuja nos habituamos a cruzar com indiferença.</p> <p>(E) por onde nos habituamos a passar distraídos.</p>
<p>4. Estão corretos o emprego e a forma dos tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) O leitor que vir a percorrer crônicas do velho Braga estará sabendo atestar o valor de permanência dessas páginas.</p> <p>(B) O grande cronista falava do que lhe aprouver, confiante na riqueza da matéria oculta de cada cena, de cada fragmento da vida cotidiana com que se depare.</p> <p>(C) Não conveio a Rubem Braga aceitar a suposta fatalidade de ser um gênero “menor”, pois decidiu valer-se da crônica como veículo de alta expressão literária.</p> <p>(D) Desafortunado o leitor que não reter das crônicas de Rubem Braga as lições de poesia e de estilo, que o escritor soubesse ministrar a cada texto.</p> <p>(E) Da obra de Rubem Braga advira um prestígio que o gênero da crônica jamais gozara anteriormente, considerada que fosse como simples leitura de entretenimento.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>tudo o que me importou na vida já escrevi</i>, ela ficará:</p> <p>(A) Tudo o que me importou na vida já foi por mim escrito.</p> <p>(B) Tudo o que a vida me importou já fora escrito por mim.</p> <p>(C) A vida já me importou em tudo o que escrevi.</p> <p>(D) Já está escrito na vida tudo o que ela me importou.</p> <p>(E) Tudo o que me importou na vida já tenho escrito.</p>
<p>5. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente atendidas na frase:</p> <p>(A) Reservam-se os artistas o direito (ou privilégio?) de escolherem o gênero e a forma que lhes pareçam os mais adequados ao seu intento de expressão.</p> <p>(B) Não se reconhecia na crônica, antes de Rubem Braga, quaisquer méritos que pudessem alçá-la à altura dos chamados grandes gêneros literários.</p> <p>(C) Não cabem aos críticos ou aos historiadores da literatura estipular se o gênero de uma ou outra obra é maior ou menor em si mesmos.</p> <p>(D) Uma vez submetido ao poder de sedução de seu estilo admirável, é possível que custassem aos leitores de Rubem Braga ficar aguardando a crônica seguinte.</p> <p>(E) Não lhe bastassem, além do estilo límpido, ter os olhos de um grande fotógrafo, Rubem Braga ainda freqüentava as alturas da poesia lírica.</p>	<p>8. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) O autor faz-nos deduzir de que já não se encontra, nos jornais de hoje, crônicas que se possa comparar com o nível das que escrevia Rubem Braga, há décadas atrás.</p> <p>(B) A certa altura do texto, quando relembra o autor a imagem que lhe ficou do rápido contato que teve com o cronista, a figura evocada é a de um homem melancólico.</p> <p>(C) Não é tão simples como possa parecer, alguém retirar da matéria do cotidiano uma linguagem capaz de expressar-se com a limpidez e a elegância como Rubem Braga.</p> <p>(D) Rubem Braga provou tratar-se de uma injustiça que a crônica seja vista como um gênero menor, quando o mesmo as escreveu promovendo-lhes ao mais alto nível.</p> <p>(E) Quando se julga que há assuntos maiores e menores, se parte do erro de não prevenir que justamente os grandes artistas desdenham tal preconceito, que lhes vêm de fora.</p> <p>9. O leitor que <u>percorrer crônicas do velho Braga</u> <u>saberá que ele não precisaria mesmo dizer nada além do que já disse.</u></p> <p>Na frase acima, está correta a articulação entre os tempos verbais sublinhados, assim como também estaria no caso da seguinte seqüência:</p> <p>(A) percorrerá – terá sabido – precisasse – dissesse</p> <p>(B) percorresse – saberá – precise – tenha dito</p> <p>(C) percorresse – saberia – precisava – dissera</p> <p>(D) percorreu – soubera – precisasse – disse</p> <p>(E) percorreria – sabia – precise – dissesse</p>

10. Parecia desinteressado da opinião alheia, naquele evento organizado por uma grande empresa, a que comparecera apenas por força de contrato profissional.

A frase acima permanecerá formalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por

- (A) infenso pela opinião alheia / onde fora
- (B) infenso à opinião alheia / em que se fizera presente
- (C) imparcial pela opinião alheia / aonde estivera
- (D) neutralizado sobre a opinião alheia / na qual estivera
- (E) imparcial com a opinião alheia / aonde se apresentara

11. Rubem Braga escreveu muitas crônicas, nutriu as crônicas com a matéria do cotidiano, fez as crônicas atingir um patamar que parecia interdito às crônicas, e notabilizou-se empregando todo o seu talento nas crônicas.

Evitam-se as viciosas repetições e mantém-se a correção do período acima, substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) nutriu-as – fê-las atingir – a elas parecia interdito – nelas todo o seu talento.
- (B) nutriu-as – fez-lhes atingir – lhes parecia interdito – a elas todo o seu talento.
- (C) nutriu-lhes – as fez atingir – parecia-lhes interdito – em cujas todo o seu talento.
- (D) as nutriu – fez-lhes atingir – parecia interdito às mesmas – nelas todo o seu talento.
- (E) nutriu-lhes – fez elas atingirem – parecia-lhes interdito – nestas todo o seu talento.

12. Quanto à pontuação, a frase inteiramente correta é:

- (A) Quando Rubem Braga já velho, compareceu ao evento programado, notou-se que, mais do que apenas abatido estava impaciente, com as perguntas que lhe faziam.
- (B) Ressalte-se que, houve antes de Rubem Braga cronistas importantes, mas nenhum deles se dedicou exclusivamente às crônicas, nem lhes deu como Braga, tal densidade poética.
- (C) Muitos trabalhadores do povo que jamais haviam merecido atenção mais séria, passaram a ser protagonistas, de inesquecíveis crônicas de Rubem Braga.
- (D) Nos jornais, ou em livros as crônicas de Braga costumam prender a atenção do leitor, com tanta intensidade que este não é capaz de arredar os olhos do texto, fascinado, que fica.
- (E) Não é de se imaginar, realmente, que um texto publicado em jornal possa aspirar à mesma permanência a que, em princípio, fariam jus os textos cuidadosamente editados em livro.

MATEMÁTICA

13. Seja N um número inteiro cujo produto por 9 é igual a um número natural em que todos os algarismos são iguais a 1. A soma dos algarismos de N é

- (A) 27
- (B) 29
- (C) 33
- (D) 37
- (E) 45

14. Trabalhando individualmente, o funcionário A é capaz de cumprir certa tarefa em 8 horas, o funcionário B em 6 horas e o funcionário C em 5 horas. Nessas condições, se trabalharem juntos na execução dessa tarefa, o esperado é que ela seja cumprida em, aproximadamente,

- (A) 1 hora e 40 minutos.
- (B) 2 horas, 2 minutos e 2 segundos.
- (C) 2 horas e 20 minutos.
- (D) 2 horas, 22 minutos e 30 segundos.
- (E) 2 horas e 54 minutos.

15. Dois analistas judiciários devem emitir pareceres sobre 66 pedidos de desarquivamento de processos. Eles decidiram dividir os pedidos entre si, em quantidades que são, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais às suas respectivas idades e inversamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no Tribunal Regional do Trabalho. Se um deles tem 32 anos e trabalha há 4 anos no Tribunal, enquanto que o outro tem 48 anos e lá trabalha há 16 anos, o número de pareceres que o mais jovem deverá emitir é

- (A) 18
- (B) 24
- (C) 32
- (D) 36
- (E) 48

16. Um motorista fez um certo percurso em 6 dias, viajando 8 horas por dia com a velocidade média de 70 km/h. Se quiser refazer esse percurso em 8 dias, viajando 7 horas por dia, deve manter a velocidade média de

- (A) 55 km/h
- (B) 57 km/h
- (C) 60 km/h
- (D) 65 km/h
- (E) 68 km/h

17. Considere que em certo mês 76% das ações distribuídas em uma vara trabalhista referiam-se ao reconhecimento de vínculo empregatício e que, destas, 20% tinham origem na área de indústria, 25% na de comércio e as 209 ações restantes, na área de serviços. Nessas condições, o número de ações distribuídas e NÃO referentes ao reconhecimento de vínculo empregatício era

- (A) 240
- (B) 216
- (C) 186
- (D) 120
- (E) 108

18. Dentre os pares (x, y) de números inteiros tais que a soma do primeiro número com o dobro do segundo número é igual a 64, considere o par em que o produto x . y é máximo. Os números x e y são tais que

- (A) x é uma potência de 2
- (B) y é um múltiplo de 3
- (C) y é um divisor de 8
- (D) x = y
- (E) $x = \frac{y}{2}$

19. Um peso de papel, feito de madeira maciça, tem a forma de um cubo cuja aresta mede 0,8 dm. Considerando que a densidade da madeira é 0,93 g/cm³, quantos gramas de madeira foram usados na confecção desse peso de papel?

- (A) 494,18
- (B) 476,16
- (C) 458,18
- (D) 49,418
- (E) 47,616

20. Uma caixa de água tem o formato de um cilindro circular reto, altura de 5 m e raio da base igual a 2 m. Se a água em seu interior ocupa 30% de seu volume, o número de litros de água que faltam para enchê-lo é

- (A) 43,4 Dado: $\pi = 3,1$
- (B) 4 150
- (C) 4 340
- (D) 41 500
- (E) 43 400

LEGISLAÇÃO

21. No que diz respeito ao direito de petição, é correto afirmar que

- (A) a prescrição poderá ser relevada pela Administração em se tratando de caso excepcional ou interesse público.
- (B) os prazos estabelecidos para assegurar o direito de petição são absolutos, ou sempre fatais e improrrogáveis.
- (C) o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
- (D) o direito de requerer prescreve em 120 (cento e vinte) dias, quanto ao ato de demissão.
- (E) o prazo de prescrição será contado da data da ocorrência que deu causa ao ato impugnado.

22. No que diz respeito à remoção do servidor público federal, considere as assertivas abaixo:

- I. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado é uma das características do ato de remoção.
- II. É considerada modalidade de remoção quando for a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.
- III. É também modalidade de remoção quando for de ofício, no interesse da Administração.
- IV. A cessão do servidor para ter exercício em outro órgão ou entidade pública é um dos requisitos para o ato de remoção.

Estão corretas APENAS o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Cristiane Vasconcelos, analista judiciário, está em débito com o erário e teve sua disponibilidade cassada. Nesse caso, a servidora deverá quitar o débito no prazo legal de

- (A) sessenta dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.
- (B) cento e vinte dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida passiva.
- (C) noventa dias, sob pena de ser instaurado processo administrativo disciplinar por retenção de valores.
- (D) trinta dias, prorrogável por igual período, sendo que a sua não quitação implicará no bloqueio de sua remuneração.
- (E) quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período, e não quitando nesse prazo sofrerá penalidade estatutária.

24. Em matéria de penalidades disciplinares, considere:

- I. Celso Carvalho, analista judiciário, ausentou-se, durante o expediente, das dependências do Tribunal Regional do Trabalho, onde prestava serviço, para tratar de assuntos particulares, sem prévia autorização de Ana Beatriz, sua chefe imediata. Em razão disso, sofreu pena de advertência. Após alguns dias, Celso reiterou aquela conduta de ausência sem autorização.
- II. Célia Neves, analista judiciário, praticou ato de insubordinação grave no Tribunal Regional do Trabalho, de onde é servidora pública.

Diante disso, os analistas judiciários Celso e Célia estão sujeitos, respectivamente, às penalidades de

- (A) exoneração e multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração.
- (B) multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento e suspensão por 60 (sessenta) dias.
- (C) repreensão por escrito e disponibilidade.
- (D) advertência reiterada e demissão.
- (E) suspensão até 90 (noventa) dias, de regra, e demissão.

25. No que tange à atividade de instrução no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que

- (A) cabe à Administração Pública a prova dos fatos alegados pelo interessado em virtude do princípio do interesse público e da eficiência.
- (B) o interessado poderá, antes de tomada a decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
- (C) somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- (D) encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias, salvo se outro for legalmente fixado.
- (E) antes de tomada a decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No Windows XP, em sua configuração padrão e original, uma operação NÃO possível entre as opções regionais é a personalização do

- (A) símbolo de agrupamento de dígitos.
- (B) formato de moeda positivo.
- (C) símbolo decimal.
- (D) formato de número negativo.
- (E) símbolo de sinal positivo.

27. Entre as opções do controle de alterações constante das ferramentas originais e padrão do MS-Word 2000, é possível

- (A) habilitar funções de autocorreção.
- (B) comparar documentos.
- (C) habilitar a hifenização automática de documentos.
- (D) proteger documentos.
- (E) gravar uma macro.

28. No Windows XP,

- (A) é totalmente possível compartilhar uma pasta com os usuários de um único computador ou até mesmo de uma rede.
- (B) não é possível a ativação do compartilhamento de impressoras por meio do Assistente de configuração de rede.
- (C) não é permitido o compartilhamento de pastas, mas sim a réplica de arquivos em cada computador da rede.
- (D) somente é possível habilitar aos usuários de uma rede a consulta aos arquivos de uma pasta compartilhada.
- (E) é totalmente possível compartilhar uma pasta com os usuários de um mesmo computador, mas não com os de uma rede.

29. São termos respectiva e intrinsecamente associados à tipologia conhecida de vírus, serviço de Internet e mensagens enviadas em massa por meio de correio eletrônico:

- (A) *Telnet, chat e host.*
- (B) *Spyware, Cavalo de Troia e hoax.*
- (C) *Shareware, FTP e spam.*
- (D) *Cavalo de Tróia, chat e spam.*
- (E) *Middleware, FTP e hoax.*

30. Basicamente, as funções de cálculo/controle, armazenamento temporário de dados e leitura/gravação de dados são realizadas em um microcomputador, respectivamente, nos dispositivos:

- (A) Periféricos, EPROM e ROM.
- (B) CPU, barramento e ROM.
- (C) CPU, RAM e periféricos.
- (D) ROM, CPU e SLOT.
- (E) SLOT, EPROM e periféricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A utilização de um dos princípios fundamentais de contabilidade constantes da Resolução CFC nº 750/93 implica que a tradução do valor dos componentes patrimoniais deve ser feita sempre em moeda nacional, com o objetivo de homogeneização quantitativa dos mesmos. Esta afirmação refere-se ao Princípio

- (A) da Entidade.
- (B) da Oportunidade.
- (C) do Registro pelo Valor Original.
- (D) da Prudência.
- (E) do Conservadorismo.

32. A demonstração contábil obrigatória para as sociedades por ações de capital aberto, onde são registradas as variações do Capital Circulante Líquido da companhia entre dois exercícios consecutivos, é

- (A) o Balanço Patrimonial.
- (B) a Demonstração do Valor Adicionado.
- (C) a Demonstração do Exercício.
- (D) a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Adicionais.
- (E) a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

33. Analise o rol das seguintes contas utilizadas pela escrituração contábil numa sociedade comercial:

- Duplicatas Descontadas
- Provisão para Férias
- Adiantamento a Fornecedores
- Adiantamento de Clientes
- Depreciação Acumulada
- Ações em Tesouraria
- Seguros a Vencer
- Provisão para Imposto de Renda de Longo Prazo
- Receitas de Exercícios Futuros
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Dessas contas, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, fazem parte do Ativo da Companhia, APENAS:

- (A) 8 (oito).
- (B) 7 (sete).
- (C) 6 (seis).
- (D) 5 (cinco).
- (E) 4 (quatro).

34. Num determinado dia do exercício social, o contador de uma companhia industrial registrou os seguintes fatos contábeis no livro Diário (valores em reais):

Venda de produtos acabados.....	120.000,00
Aquisição de matérias-primas.....	11.000,00
Pagamento de salários e encargos sociais provisionados.....	40.000,00
Custo de energia elétrica da fábrica.....	6.000,00
Custo dos produtos vendidos.....	45.000,00
Despesas de vendas incorridas e pagas no dia.....	14.000,00

Considerando-se apenas os fatos contábeis mencionados nesse dia, o resultado da companhia, apurado pelo regime de competência, aumentou em

- (A) 75.000,00
- (B) 61.000,00
- (C) 50.000,00
- (D) 10.000,00
- (E) 4.000,00

35. Uma companhia comercial adquiriu um lote de 2.500 unidades de uma mercadoria, ao preço unitário de R\$ 30,00. Posteriormente, vendeu parte do lote por R\$ 54.000,00, auferindo um lucro de 50% sobre o preço de custo. O número de unidades vendidas pela companhia foi

- (A) 1.200
- (B) 1.250
- (C) 1.300
- (D) 1.350
- (E) 1.400

36. A Cia. Industrial VentoOeste efetuou o pagamento do prêmio de uma apólice de seguro contra incêndio no valor de R\$ 600.000,00 em 01/06/2005. A apólice tem vigência por dois anos, a contar da data do pagamento logo, no balanço patrimonial levantado em 31/12/2005, deve figurar no grupo do Ativo Circulante como despesas do exercício seguinte, a importância, em reais, de

- (A) 600.000,00
- (B) 425.000,00
- (C) 360.000,00
- (D) 300.000,00
- (E) 175.000,00

37. A Cia. Comercial Cruzeiro do Leste adquiriu 1.600 unidades de uma determinada mercadoria no valor de R\$ 320.000,00, pagando metade à vista e financiando com o fornecedor a outra metade, para pagamento no exercício seguinte. Vendeu à vista, no próprio exercício, 1/2 do lote por R\$ 400.000,00 e vendeu a prazo, para recebimento no exercício seguinte, 1/8 do lote por R\$ 120.000,00. O total das despesas incorridas no exercício foi de R\$ 200.000,00, do qual 30% não foi pago no próprio exercício. Apurando-se o resultado pelo regime de competência, é correto concluir que o lucro da companhia, em reais, foi

- (A) 180.000,00
- (B) 140.000,00
- (C) 120.000,00
- (D) 80.000,00
- (E) 40.000,00

38. Em relação aos livros contábeis e à sua escrituração, é correto afirmar que

- (A) Admite-se a escrituração resumida do Livro Diário, fora da ordem cronológica, desde que as transações estejam contabilizadas pelos valores corretos e estejam respaldadas por documentos idôneos.
- (B) O Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis correspondentes ao encerramento de exercício devem ser transcritas no livro Razão, completando-se com a assinatura do contabilista responsável e do titular ou representante legal da entidade.
- (C) A escrituração do Diário, como o próprio nome do livro indica, deve ser feita diariamente, não sendo admissível o registro em partidas mensais e a escrituração sintética ou resumida.
- (D) O Livro Razão é de escrituração obrigatória, de acordo com o art. 1.180 do Novo Código Civil.
- (E) É admissível o uso de códigos e/ou abreviaturas nos históricos dos lançamentos do Livro Diário, desde que uniformes e permanentes, devendo constar em elenco identificador no Livro Diário.

<p>39. Contabilidade orçamentária no momento do empenho é fato que denota o regime</p> <p>(A) de caixa da despesa pública. (B) de competência da despesa pública. (C) misto do registro orçamentário. (D) de caixa da receita pública. (E) de competência da receita pública.</p>	<p>46. O resultado de execução orçamentária, é um</p> <p>(A) Superávit de 100. (B) Superávit de 70. (C) Superávit de 50. (D) Déficit de 100. (E) Déficit de 70.</p>																
<p>40. Considera-se despesa de mutação patrimonial:</p> <p>(A) despesas de pessoal e encargos sociais. (B) juros sobre a dívida por contrato. (C) outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. (D) equipamentos e material permanente. (E) material de consumo.</p>	<p>47. Também chamado patrimônio financeiro, o resultado financeiro é um</p> <p>(A) Perfeito equilíbrio de caixa. (B) Superávit de 50. (C) Superávit de 70. (D) Déficit de 50. (E) Déficit de 70.</p>																
<p>41. As entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiros referem-se a</p> <p>(A) receitas extra-orçamentárias. (B) situações afetas ao sistema compensado do balanço patrimonial. (C) despesas extra-orçamentárias. (D) mutações patrimoniais ativas. (E) mutações patrimoniais passivas.</p>	<p>48. O saldo patrimonial é um</p> <p>(A) Superávit econômico de 570. (B) Déficit econômico de 500. (C) Passivo Real a Descoberto de 570. (D) Passivo Real a Descoberto de 500. (E) Ativo Real Líquido de 570.</p>																
<p>42. A anulação de Restos a Pagar é, em contrapartida, usualmente registrada como fato</p> <p>(A) de mutação patrimonial ativa. (B) de impacto sobre a lei orçamentária anual. (C) resultante da execução orçamentária – variação passiva. (D) independente da execução orçamentária – variação passiva. (E) independente da execução orçamentária – variação ativa.</p>	<p>49. Na classificação funcional da despesa, a categoria denominada projeto tem a ver com</p> <p>(A) um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo. (B) um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta produto necessário à manutenção da ação de governo. (C) os projetos de obras e serviços de engenharia, divididos que são nas categorias <i>básica e executiva</i>. (D) as despesas que não contribuem para a manutenção de ações de governo, nem para a geração de um produto governamental definido. (E) o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público.</p>																
<p>43. A contabilidade pública é obrigatória em</p> <p>(A) empresas públicas. (B) sociedades de economia mista. (C) autarquias e na Administração direta. (D) fundações regidas pelo direito privado. (E) empresas concessionárias de serviços públicos.</p>	<p>50. Abater despesa da pertinente dotação orçamentária é o mesmo que</p> <p>(A) realizar a fase do pagamento. (B) liquidar a despesa governamental. (C) anular gasto pretendido. (D) empenhar a despesa pública. (E) consignar ato de índole financeira.</p>																
<p>Instruções: Para responder às questões de números 45 a 50 considere os dados abaixo. Ao final de determinado exercício financeiro, apurou-se os seguintes números monetários (em reais)</p> <table border="0"> <tr> <td>Receita Prevista</td> <td>1.000</td> </tr> <tr> <td>Receita Realizada</td> <td>1.200</td> </tr> <tr> <td>Despesa Fixada</td> <td>1.150</td> </tr> <tr> <td>Despesa Empenhada</td> <td>1.100</td> </tr> <tr> <td>Ativo Financeiro.....</td> <td>300</td> </tr> <tr> <td>Ativo Permanente.....</td> <td>1.000</td> </tr> <tr> <td>Passivo Permanente</td> <td>1.500</td> </tr> <tr> <td>Passivo Financeiro.....</td> <td>370</td> </tr> </table>	Receita Prevista	1.000	Receita Realizada	1.200	Despesa Fixada	1.150	Despesa Empenhada	1.100	Ativo Financeiro.....	300	Ativo Permanente.....	1.000	Passivo Permanente	1.500	Passivo Financeiro.....	370	<p>51. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enfoca, entre outros temas,</p> <p>(A) critérios para a limitação de empenho. (B) diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital. (C) orçamento de investimento das empresas estatais. (D) margem de autorização para abertura de créditos suplementares. (E) autorização para operações de crédito por antecipação da receita – ARO.</p>
Receita Prevista	1.000																
Receita Realizada	1.200																
Despesa Fixada	1.150																
Despesa Empenhada	1.100																
Ativo Financeiro.....	300																
Ativo Permanente.....	1.000																
Passivo Permanente	1.500																
Passivo Financeiro.....	370																
<p>45. O resultado de previsão orçamentária é um</p> <p>(A) Superávit de 150. (B) Superávit de 100. (C) Perfeito equilíbrio. (D) Déficit de 150. (E) Déficit de 100.</p>																	

<p>52. Nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, despesa obrigatória de caráter continuado é</p> <p>(A) de capital; deriva de ato discricionário e se estende por um período superior a dois exercícios.</p> <p>(B) corrente; deriva de lei ou outro ato vinculante e se prolonga por um período superior a dois exercícios.</p> <p>(C) de capital; deriva de instrumento vinculante e se estende por um período superior a três exercícios.</p> <p>(D) o mesmo que criação, expansão ou aprimoramento da ação governamental.</p> <p>(E) corrente ou de capital, dependendo somente da obrigatoriedade determinada em lei específica.</p>	<p>57. Considere os seguintes dados de execução orçamentária e financeira (valores em mil reais):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Despesa Empenhada em 2005.....5.000 – Despesa Liquidada em 2005.....4.300 – Despesa Paga em 2005.....3.900 <p>No encerramento do exercício de 2005, Restos a Pagar Processados significaram o valor de</p> <p>(A) 4.600 (B) 3.200 (C) 1.100 (D) 700 (E) 400</p>
<p>53. Considera-se recurso para abertura de créditos suplementares e especiais</p> <p>(A) o superávit orçamentário do exercício anterior.</p> <p>(B) o superávit financeiro do exercício anterior.</p> <p>(C) as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária – ARO.</p> <p>(D) o excesso de arrecadação do exercício anterior.</p> <p>(E) o superávit na execução do orçamento de fundos especiais.</p>	<p>58. Em vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Senado opôs os seguintes limites à dívida pública consolidada:</p> <p>(A) 120% para Estados; 200% para Municípios, calculados sobre a receita corrente líquida.</p> <p>(B) 120% para Estados; 200% para Municípios, calculados sobre a despesa total.</p> <p>(C) 200% para Estados; 120% para Municípios, calculados sobre a receita corrente líquida.</p> <p>(D) 200% para Estados; 120% para Municípios, calculados sobre a despesa total.</p> <p>(E) 320% para Estados; 120% para Municípios, calculados sobre a receita corrente líquida.</p>
<p>54. No direito financeiro pátrio, a estimativa da receita orçamentária se baseia na</p> <p>(A) arrecadação havida no exercício anterior.</p> <p>(B) receita executada nos dois últimos exercícios.</p> <p>(C) arrecadação dos três últimos exercícios.</p> <p>(D) projeção de receita para o exercício em que se executará a lei de orçamento.</p> <p>(E) receita corrente apenas, pois a de capital é imprevisível.</p>	<p>59. Além da prestação anual de contas, poderá haver, no âmbito governamental, a qualquer tempo,</p> <p>(A) tomada de contas apenas dos Chefes de Poder estatal, quer do Executivo, Legislativo ou Judiciário.</p> <p>(B) tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos, quer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.</p> <p>(C) tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos, quer pessoas físicas ou jurídicas, situadas, apenas e tão-somente, na esfera pública.</p> <p>(D) tomada de contas que alcança, exclusivamente, tesoureiros e almoxarifes.</p> <p>(E) tomada de contas dos concessionários de serviços públicos.</p>
<p>55. A classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de</p> <p>(A) categoria econômica, grupo de natureza de despesa e elemento de despesa.</p> <p>(B) categoria econômica, função e elemento de despesa.</p> <p>(C) função, programa e subprograma.</p> <p>(D) órgão orçamentário, função e categoria econômica.</p> <p>(E) órgão orçamentário, unidade orçamentária e unidade de despesa.</p>	<p>60. Nos órgãos públicos, cabe ao sistema de controle interno:</p> <p>(A) julgar as contas dos responsáveis pelo uso do dinheiro público.</p> <p>(B) apreciar, para fins de registro, a legalidade de atos de admissão de pessoal.</p> <p>(C) assinar prazo para que o órgão adote as providências necessárias ao cumprimento da lei.</p> <p>(D) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria.</p> <p>(E) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo.</p>
<p>56. A autorização, na lei de orçamento, para abertura de créditos suplementares é exceção ao princípio orçamentário</p> <p>(A) da não afetação de receita.</p> <p>(B) da unidade.</p> <p>(C) da universalidade.</p> <p>(D) da exclusividade.</p> <p>(E) do orçamento bruto.</p>	

